



TEIXEIRA MARTINS  
ADVOGADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL**

**Síntese:** Realização de perícia com base na decisão proferida pelo e. Min. EDSON FACHIN na Reclamação nº 33.543/PR. Apuração de ilicitude da prova pelo Assistente da Defesa. Impossibilidade de falar-se em preclusão para alegação da ilicitude da prova sob pena de esvaziar o conteúdo da decisão proferida na aludida Reclamação nº 33.543/PR. Necessidade de processamento do incidente de ilicitude da prova, com as consequências *ex vi legis* (CPP, art. 157). Necessária superação da Súmula 691 e concessão da ordem.

**URGENTE** – prazo final de alegações finais já deflagrado para os acusados delatores  
**Pedido Liminar pg.44.**

**CRISTIANO ZANIN MARTINS**, brasileiro, casado, advogado inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 172.730, **VALESKA TEIXEIRA ZANIN MARTINS**, brasileira, casada, advogada, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 153.720, **MARIA DE LOURDES LOPES**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 77.513, **LYZIE DE SOUSA ANDRADE PERFI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita nos quadros da OAB/SP sob o nº 368.980, **ELIAKIN TATSUO YOKOSAWA PIRES DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito nos quadros da OAB/SP sob o nº 386.266, **GUILHERME QUEIROZ GONÇALVES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito nos quadros da OAB/DF sob o nº 37.961 e **LÍGIA GRÁCIO VELOSO**, brasileira, casada, advogada,

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



inscrita nos quadros da OAB/DF sob o nº 52.381, todos com endereço profissional na Rua Padre João Manuel, n.º 755, 19º andar, Jardim Paulista, CEP 01411-001, São Paulo/SP, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 5º, LXVIII, e 102, I, “i”, ambos da Constituição Federal, nos artigos 647 e 648, inciso I, do Código de Processo Penal, no art. 25, itens 1 e 2, do CADH (Decreto nº 678/92), no art. VIII, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, impetrar ordem de

**HABEAS CORPUS**  
**com pedido liminar**

em favor de **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (“Paciente”)**, brasileiro, viúvo, portador da Cédula de Identidad \_\_\_\_\_ devidamente inscrito no CPF/MF sob n. \_\_\_\_\_ residente e domiciliado na Avenida Francisco Prestes Maia, n.º \_\_\_\_\_ – Centro – na cidade de São Bernardo do Campo/SP, CEP 09770-000, que está a sofrer coação ilegal imposta pelo e. **Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**, do Superior Tribunal de Justiça (“**Autoridade Coatora**”)<sup>1</sup>, consubstanciado na decisão monocrática proferida em 16.12.2019, pela qual indeferiu o pedido liminar no HC nº 552.733/RS<sup>2</sup>, o qual, por sua vez, visa afastar constrangimento ilegal suportado pelo **Paciente**, conforme razões que se passa a expor.

– I –  
**BREVE EXPOSIÇÃO DOS FATOS**

<sup>1</sup> Doc. 01 - Ato coator.

<sup>2</sup> Doc. 02 - Íntegra HC 552.733/RS.



Em 21/10/2019, a Defesa do **Paciente** suscitou o Incidente de Ilicitude de Prova, na forma do art. 145 e seguintes, do Código de Processo Penal, autuado sob o nº 5057394-13.2019.4.04.7000/PR.

O incidente processual está relacionado à Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000, em trâmite perante a 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR, PR — processo em que se encontra depositada a prova ilícita e que se encaminha para a sua fase derradeira, com prazo já fixado para apresentação de alegações finais. O objeto de tal incidente foi o de apurar a ilicitude do material fornecido (*supostas* cópias dos sistemas “MyWebDay” e “Drousys”) pela empresa Odebrecht e pessoas a ela relacionadas, bem como do material *supostamente* fornecido pelas Autoridades Suíças ao Ministério Público Federal que foram utilizados para instruir a Ação Penal supracitada.

Referido incidente processual foi instaurado com base nos relevantes fundamentos expostos no Parecer Técnico Pericial Complementar e Divergente<sup>3</sup> apresentado pelo Assistente Técnico da Defesa, Sr. CLÁUDIO WAGNER, após a determinação de realização de perícia complementar por este Excelso Supremo Tribunal Federal nos autos da **Reclamação nº 33.543/PR**<sup>4</sup>.

Enquanto aguardava apreciação do referido incidente, em 28/10/2019, a Defesa do **Paciente** juntou nos autos nova manifestação juntando as declarações do Sr. FERNANDO MIGLIACCIO na Ação Penal nº 5021365-32.2017.4.04.7000/PR, bem como as declarações do senhor PAULO SÉRGIO DA ROCHA SOARES no Incidente de Falsidade Documental nº 5037409-29.2017.4.04.7000/PR –

---

<sup>3</sup> e-STJ Fls. 239. Parecer Técnico Pericial Complementar e Divergente.

<sup>4</sup> Inicial da reclamação segue anexa como doc. 03. A decisão que determinou perícia complementar segue anexa as fls. 406 do doc. 02, última decisão na reclamação reiterando decisão anterior segue como doc. 4.



ambas ações penais que tramitaram perante a 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR – e, ainda a oitiva do sr. FERNANDO MIGLIACCIO na Ação Penal nº 1004454-59.2019.4.01.3400/DF em trâmite perante a 10ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária de Brasília/DF.

Em sua manifestação, a Defesa expôs que tais **depoimentos corroboram as conclusões do Assistente Técnico da Defesa sobre a quebra da cadeia de custódia da prova, bem como da inobservância das regras de cooperação internacional entre o Brasil e a Suíça.**

No entanto, em que pese os relevantes fundamentos expostos pela Defesa para demonstrar a **ilicitude da prova** e a necessidade de seu reconhecimento, o Juízo da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba/PR decidiu por **indeferir sumariamente** o processamento do incidente processual. Não foi analisada a ilicitude da prova. Decidiu-se apenas que o incidente processual não seria processado.

Sob a ótica do julgador de primeiro grau, a matéria estaria **preclusa**, uma vez que a quebra da cadeia de custódia da prova já havia sido discutida pelo Assistente do Técnico da Defesa no **Parecer Técnico Pericial Divergente**, acostados aos autos da Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR, em 02/04/2018. Além disso, em sua perspectiva, faltaria ao **Paciente interesse jurídico**, pois a questão da quebra da cadeia de custódia da prova deveria ser examinada nos próprios autos da referida ação penal.

Diante de tal decisão e visando sanar o evidente constrangimento ilegal, em 31/10/2019, a Defesa do **Paciente** impetrou ordem de *Habeas Corpus* com pedido liminar perante o Tribunal Regional da 4ª Região, pleiteando, em síntese, **(i)** A concessão de **medida liminar** para determinar a **suspensão** do curso da Ação Penal nº

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



5063130-17.2016.4.04.7000/PR, até julgamento final do mérito do *writ* e, **(ii)** no mérito, o conhecimento e concessão definitiva da ordem de *Habeas Corpus* para o fim de **declarar a nulidade** da decisão que indeferiu o Incidente de Ilicitude de Prova nº 5057394-13.2019.4.04.7000/PR, **determinando-se o regular processamento do incidente e a apreciação do pedido ali formulado antes do encerramento da fase de instrução.**

No entanto, em 14/11/2019, o e. Relator indeferiu liminarmente a ordem de *Habeas Corpus*, aduzindo que “ausente flagrante ilegalidade na decisão de primeiro grau, não se mostra o possível de tutela a pretensão da defesa pela via excepcional do habeas corpus”, **apenas reproduzindo os fundamentos alegados pelo juízo de piso.**

Contra a referida decisão foi interposto agravo regimental, conforme Regimento Interno daquela Corte Regional<sup>5</sup>, que teve provimento negado pela 8ª Turma daquele Tribunal Regional **negou provimento**, deduzindo, o voto condutor, que: i) a discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova ou a ocorrência de cerceamento deve ser tratada no bojo da própria ação penal, não havendo constrangimento ilegal para provocar suspensão do processo; ii) a decisão proferida na Reclamação nº 33.543 pelo STF não teria determinado a realização de perícia técnica pelo juízo, mas somente a apresentação de prova técnica pela defesa; iii) o Parecer Técnico Pericial Divergente complementar não autorizaria a reabertura da discussão; e iv) no tocante ao pedido de compartilhamento das mensagens divulgadas no Portal The Intercept e apreendidas no curso da Operação Spoofing, a decisão do juízo de primeiro

---

<sup>5</sup> Art. 172. Cabe agravo regimental contra decisão proferida pelo Relator, em matéria penal, no prazo de cinco dias da ciência da decisão, aplicando-se para a contagem dos prazos processuais a forma prevista no Código de Processo Penal.



grau seguiria na linha do quanto já decidido pela 8ª Turma na Apelação Criminal nº 5021365- 32.2017.4.04.7000”.

**Não obstante, levantou também - item iv do voto – fundamentação sobre pedido inexistente no writ, seja ele o “*compartilhamento das mensagens divulgadas no Portal The Intercept e apreendidas no curso da Operação Spoofing*”.**

Não se conformando com a nova decisão, a Defesa impetrou novo writ com medida liminar perante o **Superior Tribunal de Justiça**. Naquela oportunidade demonstrou-se que: i) não há preclusão se os elementos para suscitar o incidente foram coletados na segunda perícia, realizada por determinação do Supremo Tribunal Federal (Rcl 33.543/PR), após verificação de que a perícia anterior sofreu limitações descabidas; ii) a ilicitude das provas é tema de interesse público (CF, art. 5º LVI) e sua análise não pode ser rejeitada sendo que há expressa previsão legal (CPP, art. 157) para que a análise da prova ilícita seja realizada no bojo de um “incidente” para que sejam “desentranhadas do processo” tanto as provas ilícitas quando aquelas dela derivadas. Outrossim, liminarmente requereu o sobrestamento da ação penal em referência até o julgamento do *mandamus*.

No entanto ao apreciar o pedido de liminar, o E. Desembargador Convocado Relator indeferiu o pedido afirmando que “*não há como se verificar, ao menos perfunctoriamente, qualquer ilegalidade no decisum (fls. 419/431), a ponto de liminarmente suspender o curso da referida ação penal*”, sendo que “*nos limites da cognição in limine, ausentes os indícios para a configuração do fumus boni iuris, a quaestio deverá ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados colacionados ao procedimento*”.

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



Ocorre que, com a devida vênia, tal entendimento não merece prosperar. Isso porque não só o “*fumus boni iuris*” está presente, como o “*periculum in mora*” é ainda mais evidente, tendo em vista decisão proferida no último dia 18 de dezembro na ação penal originária e complementada com decisão de 13.1.2020 (docs. 5 e 6), abrindo prazo para as alegações finais, sendo que já foram apresentadas as alegações finais de acusação tanto pelo Ministério Público Federal quanto pelo assistente de acusação, estando aberto, nesse momento, o prazo das alegações finais dos acusados delatores.

Por outro lado, ao indeferir a liminar do paciente, o D. Desembargador Convocado acabou por manter o **grave constrangimento ilegal** imposto em desfavor do **Paciente**, tudo isso conforme se expõe a seguir.

– II –

## PERTINÊNCIA DA VIA ELEITA

O *Habeas Corpus*, não obstante encontre previsão e disciplina no Código de Processo Penal, é ação constitucional, da maior amplitude, que visa a tutelar, jurisdicional e concretamente, direitos e garantias fundamentais do indivíduo, com expressa proclamação no artigo 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal.<sup>6</sup>

O remédio heroico se consubstancia na mais importante proteção conferida pelo ordenamento jurídico democrático ao *status libertatis*, preceituando a *Lex Mater* ser este o remédio jurídico adequado, pronto e eficaz, para conjurar **qualquer** ameaça de violência ou de supressão (imediate ou mediata) a direito fundamental por

<sup>6</sup> CF. Art. 5º, LXVIII - conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.



ilegalidade ou abuso de poder, bem como de violações e desrespeitos ao devido processo legal.

Integrando a norma matriz, o Código de Processo Penal esmiúça as hipóteses de sua pertinência e define as situações fáticas caracterizadoras de constrangimento ilegal, capazes de ensejar o seu manejo. *In Casu*, verifica-se que o cenário apresentado nos autos:

**Art. 647.** Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar.

**Art. 648.** A coação considerar-se-á ilegal:

I - quando não houver justa causa; II - quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei; III - quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo; VI - quando o processo foi manifestamente nulo; V - quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei a autoriza; VI - quando o processo for manifestamente nulo; VII - quando extinta a punibilidade.

Há muito se encontra consolidado na jurisprudência dos tribunais o entendimento de que o *Habeas Corpus* também constitui meio de **controle da legalidade da persecução criminal**, visto que atos ilegais poderão acarretar prejuízo à defesa do *jus libertatis*, circunstância suficiente para “*admitir-se o habeas corpus a fim de fazer respeitar as prerrogativas da defesa e, indiretamente, obviar prejuízo que, do cerceamento delas, possa advir indevidamente à liberdade de locomoção do paciente*”.<sup>7</sup>

Em harmonia ao entendimento acima exarado, cumpre transcrever a lição de ALBERTO ZACHARIAS TORON:

---

<sup>7</sup> STF, *Habeas Corpus* nº 82.354/PR, 1ª Turma, Min. Rel. Sepúlveda Pertence, DJe 10.08.2004.





*“É inegável que a Suprema Corte tinha uma preocupação quase ancestral com a legalidade do devido processo legal, passível de ser corrigida pela via expedita do mandamus, inclusive com a vantagem de se evitar a prescrição. De fato, podendo-se corrigir mais rapidamente uma nulidade, o sistema fica mais funcional. Inadmitido o manejo do writ para tal finalidade, a correção de eventual desvio ou abuso somente pela via recursal ordinária poderá acarretar a ocorrência da extinção da punibilidade pela prescrição, dada, como regra, a impossibilidade de se refazer o processo pelo decurso do tempo”.*<sup>8</sup> **(destacou-se)**

Como bem destacou o e. Ministro CELSO DE MELLO no julgamento do *Habeas Corpus* nº 73.338/RJ, a persecução penal é atividade estatal juridicamente vinculada e regida por padrões normativos, que, consagrados pela Constituição Federal e pelas leis, limitam o poder punitivo do Estado. Para o e. Decano, **“o processo penal só pode ser concebido – e assim deve ser visto – como instrumento de salvaguarda da liberdade do réu”**.

De se notar, ainda, a previsão do art. 25, itens 1 e 2, do Pacto de San José da Costa Rica (Decreto 678/92), que garante ao jurisdicionado o direito a um meio simples e rápido a fim de garantir a proteção de seus direitos fundamentais:

**1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela constituição**, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais. **(destacou-se)**

**2. Os Estados Partes comprometem-se:**

**a.** a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de toda pessoa que interpuser tal recurso;

**b.** desenvolver as possibilidades de recurso judicial;

---

<sup>8</sup> TORON, Alberto Zacharias. *Habeas Corpus – controle do devido processo legal: questões controvertidas e de processamento do writ*. 1 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 66.



c. a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

Também relevante é a previsão do art. VIII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (assinada pelo Brasil em 1948), a qual garante que “*todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei*”.

Portanto, sendo o ato coator proveniente do Colendo Superior Tribunal de Justiça, é da competência deste Excelso Supremo Tribunal Federal o processamento e julgamento do presente *writ*.<sup>9</sup>

– IV –

### DA SUPERAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O presente *writ* é impetrado contra decisão monocrática proferida pelo e. Min. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO do Colendo Superior Tribunal de Justiça que indeferiu o pedido liminar nos autos no *Habeas Corpus* nº 552.733/RS, mantendo decisão ilegal da 8ª Turma do Tribunal Regional da 4ª Região. O caso, por retratar **flagrante constrangimento ilegal**, reclama o **afastamento** da incidência da Súmula nº 691 do Excelso Supremo Tribunal Federal.

<sup>9</sup> CF. **Art. 102**. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: **I** - processar e julgar, originariamente: (...) **i**) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;



Referido verbete, editado em 2003, estabelece que “*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*”. Contudo, o Pretório Excelso possui firme entendimento no sentido da possibilidade de superação do verbete quando a decisão impugnada for **manifestamente ilegal ou abusiva**, situação em tudo e por tudo idêntica a deste writ.

Conforme assentado na jurisprudência:

“I. - Pedido trazido à apreciação do Plenário, tendo em consideração a existência da Súmula 691-STF. II. - Liminar indeferida pelo Relator, no STJ. A Súmula 691-STF, que não admite habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em HC requerido a Tribunal Superior, indefere liminar, admite, entretanto, abrandamento: **diante de flagrante violação à liberdade de locomoção, não pode a Corte Suprema, guardiã-maior da Constituição, guardiã-maior, portanto, dos direitos e garantias constitucionais, quedar-se inerte**”<sup>10</sup>.

“À vista da Súmula 691 do STF, de regra, não cabe ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator pela qual, em habeas corpus requerido a tribunal superior, não se obteve a liminar, sob pena de indevida – e, no caso, dupla – supressão de instância, **ressalvadas situações em que a decisão impugnada é teratológica, manifestamente ilegal ou abusiva**. Precedentes. A hipótese dos autos, todavia, autoriza a superação dessa regra procedimental”<sup>11</sup>.

“HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. **EXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA APTA A AFASTAR A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 691. TRÁFICO DE DROGAS. QUANTIDADE ÍNFIMA DE ENTORPECENTES (8,3 GRAMAS). DENÚNCIA POR TRÁFICO. CONDUTA QUE NÃO SE ADEQUA AO TIPO PENAL DO ART. 33 DA LEI DE TÓXICOS. EXISTÊNCIA DE FATOS E PROVAS QUE DEMONSTRAM O DEPÓSITO PARA CONSUMO PESSOAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL EM HABEAS CORPUS. EXCEÇÃO JUSTIFICADA PELA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ORDEM CONCEDIDA. I – Peculiaridades do caso que revelam a existência de contexto fático apto a ensejar a**

<sup>10</sup> STF, HC 86864 MC/SP, Relator Ministro CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 20/10/2005.

<sup>11</sup> STF. HC 125.555, Relator Ministro TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 10/02/2015.



**admissão da presente ação constitucional, de modo a superar o verbete da Súmula 691/STF**<sup>12</sup>.

-----  
“*Habeas corpus. Processual Penal. Lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98). Falsidade ideológica (art. 299 do CP). Prisão preventiva (CPP, art. 312). Garantia da aplicação da lei penal e conveniência da investigação criminal. Desnecessidade, em face de seu encerramento. Descaracterização da prisão do paciente por esses fundamentos. Periculum libertatis que pode ser obviado com medidas cautelares diversas e menos gravosas que a prisão. **Superação do enunciado da Súmula nº 691 do Supremo Tribunal. Ordem concedida em parte. 1. Em princípio, se o caso não é de flagrante constrangimento ilegal, segundo o enunciado da Súmula nº 691, não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus contra decisão do relator da causa que, em habeas corpus requerido a Tribunal Superior, indefere liminar. 2. Entretanto, o caso evidência hipótese apta a ensejar o afastamento excepcional do referido enunciado**”<sup>13</sup>.*

-----  
“*Habeas corpus. 2. Organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de ativos. Operação Ponto Final. Prisão preventiva. 3. Impetração contra decisão que indeferiu pedido de liminar em anterior RHC no STJ. 4. **Ocorrência de constrangimento ilegal ensejadora do afastamento da incidência da Súmula 691 do STF.** 5. Perigo que a liberdade do paciente representa à ordem pública ou à aplicação da lei penal pode ser mitigado, no caso, por medidas cautelares menos gravosas do que a prisão. 6. Concessão da ordem para revogar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente por medidas cautelares diversas da prisão, na forma do art. 319 do CPP”<sup>14</sup>.*

Pois bem.

A *teratologia* do ato coator, bem como o inconstitucional constrangimento a ser imposto ao **Paciente**, é flagrante. Isso porque ao indeferir a liminar o Des. Convocado LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO acabou por manter o constrangimento ilegal anteriormente imposto pela 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região ao negar o Agravo Regimental interposto pela Defesa do paciente. Ou seja, os seguintes argumentos:

---

<sup>12</sup> STF. HC 138.565, Relator Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 18/04/2017.

<sup>13</sup> STF. HC 132.520, Relator Ministro DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, julgado em 31/05/2016.

<sup>14</sup> STF. HC 146813, Relator Ministro GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 10/10/2017.



- (i) *“A discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova ou a ocorrência de cerceamento tem lugar no curso da própria ação penal ou mesmo em sede recursal, de maneira que não se revela constrangimento ilegal capaz de provocar a suspensão do processo ou mesmo de algum ato específico”;*
- (ii) *“Não vejo, nas razões do agravo regimental, aptidão para modificar a compreensão que registrei quando do indeferimento liminar da ordem de habeas corpus. Na ocasião, fazendo referência aos termos da decisão de primeiro grau, anotei.”;*
- (iii) *“Ora, a decisão proferida na Reclamação nº 33.543 pelo STF não determinou a realização de perícia técnica pelo juízo, mas somente a apresentação de prova técnica pela defesa.*  
*De resto, o documento juntado pela defesa que, à semelhança Parecer Técnico Pericial Divergente, acostados aos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR em 02/04/2018, não autoriza a reabertura da discussão, sem prejuízo que o magistrado pondere as considerações defensivas no momento apropriado.” e por fim;*
- (iv) *“No tocante ao pedido de compartilhamento das mensagens divulgadas no Portal The Intercept e apreendidas no curso da Operação Spoofing, a decisão do*



*juízo de primeiro grau segue na linha do quanto já decidido pela 8ª Turma na Apelação Criminal nº 5021365-32.2017.4.04.7000.*

Com a devida vênia, os fundamentos invocados e mantidos pelo Superior Tribunal de Justiça não prosperam.

A plausibilidade do direito foi exposta em longas considerações naquele *writ*, e o será, novamente, nesta impetração.

Com efeito, não se olvida da referida jurisprudência da Excelsa Corte. Contudo, a tese que norteia a impetração é justamente a de que o **referido verbete não se aplica ao presente caso**. Tal assertiva é embasada em diversas decisões colegiadas e monocráticas proferidas pela Suprema Corte que desautorizam a aplicação da referida súmula.

Salta aos olhos a concretude de situação teratológica e de manifesta afronta à Constituição Federal, veiculadora de um *status* de iminente perigo de constrangimento ilegal submetido ao **Paciente**, visto a manifesta **quebra da cadeia de custódia da prova** e, ainda, sobre a **inobservância das regras de cooperação internacional entre o Brasil e a Suíça**, cenário manifestamente abusivo, capaz de ensejar a superação da Súmula 691/STF.

De mais a mais, como será exposto a seguir, a decisão proferida pelo e. Des. Convocado LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO acaba por esvaziar o conteúdo da decisão proferida pelo e. Ministro EDSON FACHIN na Reclamação nº 33.543/PR.

É o que se passa a demonstrar com mais vagar.

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



– V –

## DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL

O art. 157, do Código de Processo Penal, assim dispõe:

Art. 157. **São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.**

§ 1º **São também inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas**, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras.

§ 2º Considera-se fonte independente aquela que por si só, seguindo os trâmites típicos e de praxe, próprios da investigação ou instrução criminal, seria capaz de conduzir ao fato objeto da prova.

§ 3º **Preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial, facultado às partes acompanhar o incidente.** (destacou-se)

GUILHERME DE SOUZA NUCCI leciona que diante da possibilidade de incidência do aludido dispositivo, “**deve-se instaurar um incidente de ilicitude de prova, que, embora não disponha de procedimento legal específico, poderá valer-se, por analogia dos dispositivos destinados ao incidente de falsidade (art. 145 e seguintes, CPP).**”<sup>15</sup> (destacou-se).

Foi exatamente o que fez a Defesa do **Paciente**.

No entanto, conforme exposto acima, o MMº Julgador de Primeiro Grau houve por bem **indeferir sumariamente** o processamento do incidente de ilicitude

<sup>15</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Provas no Processo Penal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 55.



da prova suscitado pela Defesa do **Paciente** mediante dois fundamentos: **(a)** teria havido preclusão para discutir a ilicitude da prova diante do parecer apresentado anteriormente pelo Assistente Técnico da Defesa nos autos da ação penal em 02/04/2018; **(b)** não haveria interesse no processamento do incidente diante da possibilidade de análise do tema nos autos da própria ação penal.

Visando sanar o evidente constrangimento ilegal, em 31/10/2019, a Defesa do Paciente impetrou ordem de *Habeas Corpus* com pedido liminar perante o Tribunal Regional da 4ª Região.

A r. decisão impugnada indeferiu liminarmente a ordem do *writ*, aduzindo estar “ausente flagrante ilegalidade na decisão de primeiro grau, não se mostra o possível de tutela a pretensão da defesa pela via excepcional do *habeas corpus*”, alegando em suma que **(i)** “a discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova ou a ocorrência de cerceamento tem lugar no curso da própria ação penal ou mesmo em sede recursal, de maneira que não se revela constrangimento ilegal capaz de provocar a suspensão do processo ou mesmo de algum ato específico” e que a via do *Habeas Corpus*, “somente se mostra possível quando a decisão de primeiro grau possa encerrar, ainda que em tese, flagrante ilegalidade. Não é, porém, o caso dos autos, no qual a pretensão esbarra na falta de previsão legal”; **(ii)** “não vejo razões suficientes para intervenção do juízo recursal no trâmite do processo de origem”, de modo que “a existência de nova documentação juntada pela defesa não significa a possibilidade de reabertura de controvérsia superada pela preclusão. Se é novo o parecer, o tema é bastante antigo e os meios processuais de impugnação sempre estiveram disponíveis a todas as partes do processo”; **(iii)** “de resto, não é razoável que a apresentação de novo parecer técnico questionando a fidedignidade da prova periciada - o que já havia sido feito em abril de 2018 -, tenha aptidão para reabrir novo incidente de falsidade. Embora a prova técnica seja importante no processo penal, não

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905





*é ela, sozinha, capaz de levar à condenação ou absolvição do réu. Isso porque as conclusões a respeito do resultado pericial e o confronto com as alegações defensivas competem ao magistrado, de maneira que correta a decisão no que diz que "a sua autenticidade e integridade, com as suas nuances próprias, vg. a possibilidade de alimentação do banco de dados, serão analisadas na sentença da mencionada ação penal, como já consignado na decisão de 02/05/2018, por meio da qual foi rejeitado o incidente de falsidade 5037409-29.2017.4.04.7000". Nesse linha, reaberto o prazo para apresentação de nova manifestação técnica - como deferido pelo Supremo Tribunal Federal - não se há falar em flagrante ilegalidade pela negativa de seguimento ao incidente de falsidade criminal sobre tema acobertado pela preclusão” e por fim; (iv) “os questionamentos da defesa poderão ser objeto de aferição no momento da prolação da sentença. Portanto, ausente flagrante ilegalidade na decisão de primeiro grau, não se mostra possível de tutela a pretensão da defesa pela via excepcional do habeas corpus”.*

Em seguida, os impetrantes interpuseram Agravo na forma do Regimento Interno daquela Corte Regional, porém lhe foi negado provimento com os seguintes fundamentos:

- (i) *“A discussão a respeito de quaisquer vícios materiais e formais da prova ou a ocorrência de cerceamento tem lugar no curso da própria ação penal ou mesmo em sede recursal, de maneira que não se revela constrangimento ilegal capaz de provocar a suspensão do processo ou mesmo de algum ato específico”;*
- (ii) *“Não vejo, nas razões do agravo regimental, aptidão para modificar a compreensão que registrei quando do*



*indeferimento liminar da ordem de habeas corpus. Na ocasião, fazendo referência aos termos da decisão de primeiro grau, anotei:”;*

- (iii)** *“Ora, a decisão proferida na Reclamação nº 33.543 pelo STF não determinou a realização de perícia técnica pelo juízo, mas somente a apresentação de prova técnica pela defesa.*

*De resto, o documento juntado pela defesa que, à semelhança Parecer Técnico Pericial Divergente, acostados aos autos da ação penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR em 02/04/2018, não autoriza a reabertura da discussão, sem prejuízo que o magistrado pondere as considerações defensivas no momento apropriado.” e por fim;*

- (iv)** *“No tocante ao pedido de compartilhamento das mensagens divulgadas no Portal The Intercept e apreendidas no curso da Operação Spoofing, a decisão do juízo de primeiro grau segue na linha do quanto já decidido pela 8ª Turma na Apelação Criminal nº 5021365-32.2017.4.04.7000.”*

Já na corte *a quo*, sequer foi adentrado n no mérito da questão, tão somente afirmando o relator não ter observado o *fumus boni iuris* da questão. No entanto, não há razão a manutenção de tais posicionamentos.

## **V.I – Impossibilidade de cogitar-se preclusão**

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



O Parecer Técnico Divergente elaborado pelo Assistente Técnico da Defesa e juntado aos autos da ação penal em 02/04/2018 foi elaborado com **indevidas limitações** impostas pelo então Juiz Federal Sergio Moro. Segundo constou no próprio documento técnico, tais restrições envolveram, dentre outras coisas, o **(i) conteúdo que poderia ser acessado** (apenas arquivos com eventuais referências a “beluga” e “jaumont”), **(ii) o tempo de acesso aos materiais que seriam periciados** e, ainda, **(iii) a falta de completude do laudo confeccionado pelos Peritos Criminais da Polícia Federal** — pois nem os peritos oficiais conseguiram acesso aos sistemas da empresa Odebrecht, apenas a um suposto banco de dados.

Diante de tais **limitações indevidas** em 28/08/2019<sup>16</sup> e. Ministro EDSON FACHIN proferiu decisão na Reclamação nº 33.543/PR para permitir a realização de **nova perícia** pelo Assistente Técnico da Defesa do Paciente relativamente à ação penal 5063130-17.2016.4.04.7000/PR.

Naquela oportunidade fez constar o e. Ministro EDSON FACHIN:

*“2. Nesse contexto, diante da específica manifestação defensiva e, especialmente, para **prevenir** irregularidades processuais, **determino que, na Ação Penal n. 5063130-17.2017.404.7000/PR, seja facultado à defesa acesso aos sistemas vinculados à empresa Odebrecht, nos exatos moldes do verificado na Ação Penal n. 5021365-32.2017.404.7000/PR, ordenando, ainda, a confecção de ata com a descrição **municiosa dos trabalhos levados a efeito**. Desde logo, estabeleço o prazo **impreterível de 15 (quinze) dias para cumprimento da diligência pelo assistente técnico defensivo.**”***

Diante dessa realidade, não há que se cogitar de preclusão, pois o e. Ministro EDSON FACHIN reconheceu indevidas limitações impostas pelo Juízo durante

---

<sup>16</sup> e-STJ fls. 406. Decisão proferida em 28/08/2019 pelo e. Ministro Edson Fachin na Reclamação 33.543/PR.



a realização da perícia anterior e por isso mesmo determinou a realização de uma nova perícia.

**Assim, somente na segunda perícia, realizada a partir da decisão desse Egrégio Supremo Tribunal Federal na Reclamação 33.543/PR, proferida em 28/09/2019, é que o Assistente Técnico da Defesa teve a oportunidade de apontar elementos mais profundos sobre a quebra da cadeia de custódia da prova e a inobservância das regras de cooperação internacional entre Brasil e a Suíça.**

**Qualquer entendimento em sentido contrário conduziria à conclusão de que a decisão proferida pelo e. Ministro EDSON FACHIN na citada Reclamação 33.543/PR não teria qualquer eficácia! Para quê teria sido determinada a realização de NOVA perícia se a Defesa não pode utilizá-la como base para o Incidente de Ilicitude de Prova?**

Note-se, ainda, a título de ilustração, que foi nessa segunda perícia que o Assistente Técnico pode verificar que não havia como confirmar os *hashes* (identidade da mídia) das supostas cópias vindas da Suíça. **Ou seja, é um documento sem a possibilidade de ser conferida a identidade digital e, por conseguinte, sem qualquer valor forense.**

Ademais, apenas após a entrega desse material técnico a Defesa do **Paciente** obteve os elementos suficientes para suscitar o Incidente de Ilicitude de Prova, com lastro no art. 157, do Código de Processo Penal<sup>17</sup>, já transcrito acima.

---

<sup>17</sup> CPP, art. 157, *caput* - São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.



Oportuno registrar, ainda, **que não se pode cogitar de preclusão na temática da ilicitude das provas.**

De fato, **o art. 5º, inciso LVI, da Constituição Federal**<sup>18</sup>, **afasta a possibilidade do uso de provas ilícitas.** E o comando constitucional é reforçado pelo já citado artigo 157, *caput*, do CPP.

Nesse sentido é a lição de NEREU JOSÉ GIACOMOLLI<sup>19</sup>:

*“A prova declarada ilícita não poderá integrar nenhum processo, isto é, não poderá ingressar em nenhum procedimento ou processo (procedimento em contraditório) e, uma vez neles inseridas, deverá ser desentranhada e destruída. Com essa determinação legal, a prova ilícita não poderá servir como notitia criminis”.*

Consigne também o magistério do PROFESSOR GUILHERME DE SOUZA NUCCI<sup>20</sup>:

*“Atos ou fatos completamente divorciados da lei, impossíveis de consolidação, sem o seu integral refazimento, nem mesmo nulos são. Consideram-se inexistentes, sem a possibilidade de produzir efeito válido no feito”.*

No caso em tela, imperioso ressaltar que a partir da renovação da perícia, o Assistente Técnico da Defesa apresentou robustos elementos sobre a **quebra da cadeia de custódia da prova** e, ainda, sobre a **inobservância do procedimento de cooperação internacional estabelecido entre o Brasil e a Suíça** — cada um suficiente, por si só, para levar ao reconhecimento da **ilicitude da prova.**

<sup>18</sup> CF, Art. 5º, LVI - são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

<sup>19</sup> GIACOMOLLI, Nereu José. *Reformas (?) do Processo Penal – Considerações Críticas*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2008, p. 50.

<sup>20</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. *Provas no Processo Penal*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 297/298.



Confira-se o seguinte trecho do trabalho técnico:

*O Laudo elaborado pelos Peritos Criminais Federais, embora desprovido de objetividade e abundante em sinuosidades no caminho da verdade, **identifica nas entrelinhas a indubitável quebra da cadeia de custódia da prova.***

*Não foram observadas todas as etapas internas e externas da cadeia de custódia, o que impossibilita garantir que as mídias analisadas são as mesmas que foram apreendidas pelas Autoridades Suíças, de modo a produzir uma prova verdadeira, efetiva e sem vulneração do estado de direito de defesa daqueles que, predominantemente, estão sendo acusados com base nesse material, indevidamente considerado como prova.*

*Os Peritos Criminais Federais receberam a grande maioria da mídia periciada diretamente do Ministério Público Federal que, por sua vez, as recebeu "das mãos" da própria **Odebrecht**. Pequena parte foi recebida pelos Peritos Criminais diretamente da **Odebrecht**, assim como o Ministério Público Federal recebeu uma pequena parte, **não indexada para os exames periciais**, diretamente das Autoridades Suíças.*

*No entanto, **não há a comprovação necessária de que todo o material recebido teve como origem as Autoridades Suíças, é idêntico àquele apreendido, íntegro e autêntico.** Ao contrário: a única comprovação que se tem é que o material permaneceu com a ODEBRECHT por no mínimo 09 (nove) meses e, nesse período, **foi integralmente "trabalhado" por especialistas, pessoas físicas e jurídicas, contratados e remunerados pela ODEBRECHT, antes da entrega efetiva ao Ministério Público Federal.***

Tal fato por si só já seria suficiente para demonstrar a quebra da cadeia de custódia. Porém, a imperícia do Ministério Público Federal satisfazendo-se com o recebimento do material entregue pela Odebrecht, extrapolou a falta de atenção às normas e procedimentos necessários para assegurar a idoneidade das mídias pretendidas como prova na acusação. Vejamos:

*Segundo narram os Peritos Criminais Federais no Laudo, o material teria sido recebido pelo Ministério Público Federal em 3 etapas, a saber:*

- *Ministério Público Federal **recebeu cópia das mídias preparadas pela Odebrecht** que supostamente estavam nos servidores localizados em **Estocolmo, Suécia**, denominado no Laudo com "**Primeira Entrega**".*

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



Essa "**Primeira Entrega**", segundo consta em "Termo de Transferência de Informações Confidenciais" de 28/Mar./2017, elaborado pela Força Tarefa da Operação Lava Jato/PGR, e "Termo de Transferência de Informações Confidenciais" de 08/Nov./2017, elaborado pela SPPEA/PGR, referiu-se a 04 (quatro) discos rígidos supostamente contendo cópia do material existente nos servidores que hospedavam o denominado sistema "**Drousys**" na Suécia.

- Outra parte do material, supostamente localizado na Suíça, cuja cidade naquele País onde se encontrava o material coletado, sequer é identificada de forma clara, foi recebida pelo Ministério Público Federal também através da Odebrecht, denominada no Laudo como "**Segunda Entrega**".

Nessa "**Segunda Entrega**", de acordo com o "Termo de Transferência de Informações Confidenciais" de 15/Ago./2017, elaborado pela Força-Tarefa da Operação Lava Jato da Procuradoria da República no Paraná, estavam supostamente contidos em 05 (cinco) discos rígidos, cópias dos sistemas denominados "**Drousys**" e "**MyWebDay B**", utilizados pelo departamento de operações estruturadas da Odebrecht e hospedados na Suíça.

- Em uma "**Terceira Entrega**" consta que foi recebido pelo Ministério Público Federal diretamente das Autoridades Suíças, dois discos rígidos e um pendrive contendo informações relacionadas ao denominado sistema "**Drousys**", hospedado na Suíça.

O material referente a "**Primeira Entrega**" e "**Segunda Entrega**" (09 discos rígidos) foi disponibilizado para duplicação aos Peritos Criminais Federais em 07/Nov./2017, na sede da SPPEA/PGR, Anexo III da PGR em Brasília, DF.

O material da "**Terceira Entrega**" (02 discos rígidos e um pendrive), foi disponibilizado para duplicação em 18/Dez./2017.

Além desse material recebido pelo Ministério Público Federal e disponibilizado aos Peritos Criminais Federais ("**Primeira, Segunda e Terceira Entregas**"), foi necessária uma quarta solicitação efetuada diretamente à Odebrecht (Empresa contratada **FRA**) pelos Peritos Criminais Federais, denominada no Laudo como "**Quarta Entrega**".

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



*Essa "Quarta Entrega" que ocorreu em 08/Fev./2018, apenas 14 dias antes da conclusão do Laudo pelos Peritos Criminais Federais, refere-se a material que estava faltando nas mídias recebidas nas entregas anteriores, fato constatado pelos Perito Criminais Federais e atendido diretamente pelo pessoal de TI da ODEBRECHT.*

Conforme se observa, todo o material recebido pelo Ministério Público Federal e repassado para os Peritos Criminais Federais para exames, **foi preparado e enviado pela própria ODEBRECHT.** Aquele material supostamente recebido diretamente das Autoridades Suíças, pelo Ministério Público Federal, além de não ter a garantia da origem, no caso o código hash<sup>21</sup> dos arquivos/imagens recebidos, não foi indexado para os exames periciais, pois segundo consta no Laudo, estão contidos nos discos referentes a "**Segunda Entrega**".

Além disso, os fatos e a movimentação do material ocorridos nas **Entregas** antes citadas, indicam claramente que **não há garantia** da preservação da pretensa prova coletada tal qual foi apreendida pelas Autoridades Suíças. Além disso, **há indicações no Laudo de Perícia Criminal** de que as mídias apreendidas sofreram interferência externa entre a apreensão e seu encaminhamento ao Ministério Público Federal e, ainda, após o recebimento pelo Ministério Público Federal e o envio aos Peritos Criminais Federais.

A preservação da cadeia de custódia exige grande cautela por parte dos agentes do Estado, **desde a coleta até a análise**, exigindo, portanto, o menor número de custodiantes possível e a menor manipulação do material coletado. Nada disso ocorreu no caso em questão, conforme

---

<sup>21</sup> A Norma ABNT NBR ISO/IEC 27037:2013, visando garantir a integridade da evidência, recomenda o uso da função **hash**, uma vez que o **hash** é considerado uma impressão digital eletrônica do dado coletado, usadas na computação forense para comprovar se determinada cópia de um arquivo ou se determinada versão de um arquivo, bate com a versão original. Serve para averiguar a veracidade de uma evidência. **Se ela é ou não autêntica.** Se foi ou não alterada.





apontaremos resumidamente a seguir, fatos comprometedores à fiabilidade da prova:

**Da "PRIMEIRA ENTREGA":**

*Segundo consta no Laudo, a **Odebrecht** contratou, através de seus advogados **Quinn Emanuel e Norton Rose**, a empresa **FRA Forensic Risk Alliance** para a extração dos dados existentes nos servidores físicos instalados no Data Center da empresa **Bahnhof Internet Med Sekretess**, em Estocolmo, na Suécia, os quais supostamente estão nas cópias entregues ao Ministério Público Federal no Paraná e referem-se apenas a dados do sistema "**DROUSYS**".*

*Em relação ao caminho do material observado no Laudo Pericial, é importante enfatizar que:*

- 1. Tem-se conhecimento que a **Odebrecht**, com o avançar das investigações da operação lava jato, transferiu os registros e informações que mantinha em Data Center na Suíça para a Suécia e, supostamente, são essas informações que foram copiadas pela empresa **FRA** referentes a "**Primeira Entrega**".*

*Chama a atenção, no entanto, que a cópia efetuada pela empresa **FRA** faça referência apenas ao sistema "**DROUSYS**", omitindo totalmente qualquer informação referente ao sistema "**MYWEBDAY B**". Não há questionamentos e nenhuma informação sobre o porquê não foram copiados os dados do sistema "**MYWEBDAY B**" armazenados na Suécia e, ainda, sequer há informação se esse sistema foi efetivamente transferido da Suíça para a Suécia.*

*O sistema "**MYWEBDAY B**" segundo os próprios Peritos Criminais Federais destacaram no Laudo, tem uma "**sofisticação e nível de detalhamento nos relatórios que revelam uma gestão profissional e minuciosa dos desembolsos efetuados pelo chamado SETOR DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS DA ODEBRECHT**", portanto imprescindíveis como elemento de prova.*



*Trabalhando com hipóteses, resumimos em duas as situações que podem ter ocorrido:*

*1ª – A **Odebrecht** quando transferiu as informações da Suíça para a Suécia, não transferiu – **intencionalmente** - o sistema "**MYWEBDAY B**", omitindo-o integralmente das autoridades.*

*2ª – A **Odebrecht** ordenou que a empresa **FRA** não efetuasse a cópia do sistema "**MYWEBDAY B**", existente na Suécia (Ordenou a cópia somente do sistema "**DROUSYS**").*

- 2. Não há nenhum documento emitido pela empresa Bahnhof Internet Med Sekretess, responsável pelos Data Centers onde supostamente estavam instalados os servidores físicos com as informações do sistema copiado - "**Drousys**", reportando, no mínimo: data da contratação, contratante, capacidade contratada, capacidade utilizada, equipamentos disponibilizados, equipamentos utilizados, existência de back-up em outros servidores, assim como a data da coleta efetuada pela **FRA**, dentre outras informações indispensáveis para o registro e a comprovação da fidedignidade do material coletado.**

*Portanto, não há qualquer evidência que o material recebido pelo Ministério Público Federal realmente estava hospedado na empresa **Bahnhof Internet Med Sekretess**, bem como que a **FRA** tenha efetuado a coleta do mesmo diretamente em referida empresa.*

- 3. A **FRA** é empresa privada, com subordinação comercial e financeira a **Odebrecht**. Inclusive possui créditos a receber relacionados na lista de credores no recente pedido de recuperação judicial da **Odebrecht**.**
- 4. A **FRA** teve suporte na coleta do material na Suécia, dos Advogados da **Odebrecht** e do próprio conselho da **Odebrecht**.**
- 5. Estiveram em Estocolmo, Suécia, no período de extração dos dados e em reunião com pessoal da **FRA**, o sócio e o empregado da empresa **DRAFTSYSTEM** que desenvolveu o sistema sob coleta ("**Drousys**"), Paulo Sérgio da Rocha Soares e Camilo Gornati.**

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



6. **Nenhum agente público participou da coleta, sendo a mesma efetuada integralmente por pessoas subordinadas direta ou indiretamente a Odebrecht.**

7. **FRA** delegou parte dos trabalhos de extração de dados a outra empresa, denominada **The Oliver Group**.

8. No "Relatório Técnico" supostamente referente a coleta do sistema Drousys na Suécia, não há especificação dos hashes dos arquivos gerados, informação indispensável em qualquer procedimento de aquisição e preservação de dados, mundialmente conhecido e utilizado.

*Ressalta-se que os Peritos Criminais Federais tiveram dificuldades para receber e conferir até mesmo os códigos gerados pela **FRA**, sabe-se lá quando e em que condições. Ainda, depreende-se do Laudo que os Peritos Criminais Federais praticamente ensinaram a **FRA** a forma e mecanismos mais eficientes para a obtenção dos hashes.*

9. Os Peritos Criminais Federais constataram várias falhas inadmissíveis na geração dos hashes pela empresa **FRA**, o que além de demandar várias trocas de e-mails visando identificar e sanar os problemas, evidenciou inabilidade da empresa **FRA** em relação a coleta de dados.

10. O material foi transportado para o Brasil pelo advogado representante da **Odebrecht**, Sr. Marcos Simões. **No departamento de Tecnologia da Informação da Odebrecht, no Brasil**, foram providenciadas cópias em arquivos de imagens forenses, as quais foram entregues ao Ministério Público Federal no Paraná em 28/Mar./2017.

11. A **Odebrecht** teve a posse de referido material por no mínimo 09 (nove) meses após a coleta pela **FRA**, supostamente ocorrida em Julho de 2016 (15/Jul./2016), e a entrega das cópias ao Ministério Público Federal no Paraná, em Março de 2017.

*Período este suficiente para manipular, seja de boa ou má fé, o material coletado.*

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



12. Foram constatadas divergências entre os códigos hash dos arquivos contidos nas cópias produzidas pela **FRA** e aqueles contidos nas cópias produzidas pelo departamento de TI da Odebrecht.

Como se vê, os procedimentos de coleta do material supostamente existente junto ao Data Center da empresa **Bahnhof Internet Med Sekretess**, em Estocolmo, Suécia, **condenam a validade da prova e anulam qualquer possibilidade de garantia processual.**

Nota-se claramente que não houve a preocupação por parte do Ministério Público Federal com a origem das provas, as fontes de prova. Tão pouco preocupou-se com a manutenção das fontes probatórias em seu estado original, devidamente custodiadas e lacradas, para evitar manipulações e afastar qualquer interferência nos elementos obtidos.

**Não há nenhum meio de comprovação que garanta serem as cópias recebidas pelo Ministério Público Federal, idênticas àquelas que estavam armazenadas nos servidores da empresa Bahnhof Internet Med Sekretess.**

**Sequer as cópias apresentadas à Odebrecht pela empresa FRA, são idênticas àquelas apresentadas pela Odebrecht ao Ministério Público Federal.**

Além disso, apenas no processo de coleta do material na Suécia até sua entrega no departamento de TI da **Odebrecht**, participaram no mínimo 08 atores distintos, vinculados a **Odebrecht** e comprometidos entre si, que são:

- a) Time de profissionais da empresa **FRA – Forensic Risk Alliance**;
- b) Profissionais da empresa **THE OLIVER GROUP**; aparentemente subcontratada pela **FRA**;
- c) Paulo Sérgio da Rocha Soares, sócio da empresa **DRAFTSYSTEM**, prestadora de serviços à **Odebrecht** e empresa que **desenvolveu e administrou** o sistema sob coleta, o "**Drousys**";
- d) Camilo Gornati, empregado da empresa **DRAFTSYSTEM**;
- e) Advogados do escritório **QUINN EMANUEL, NORTON ROSE**, contratados pela **Odebrecht**, segundo informações que constam no Laudo;

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



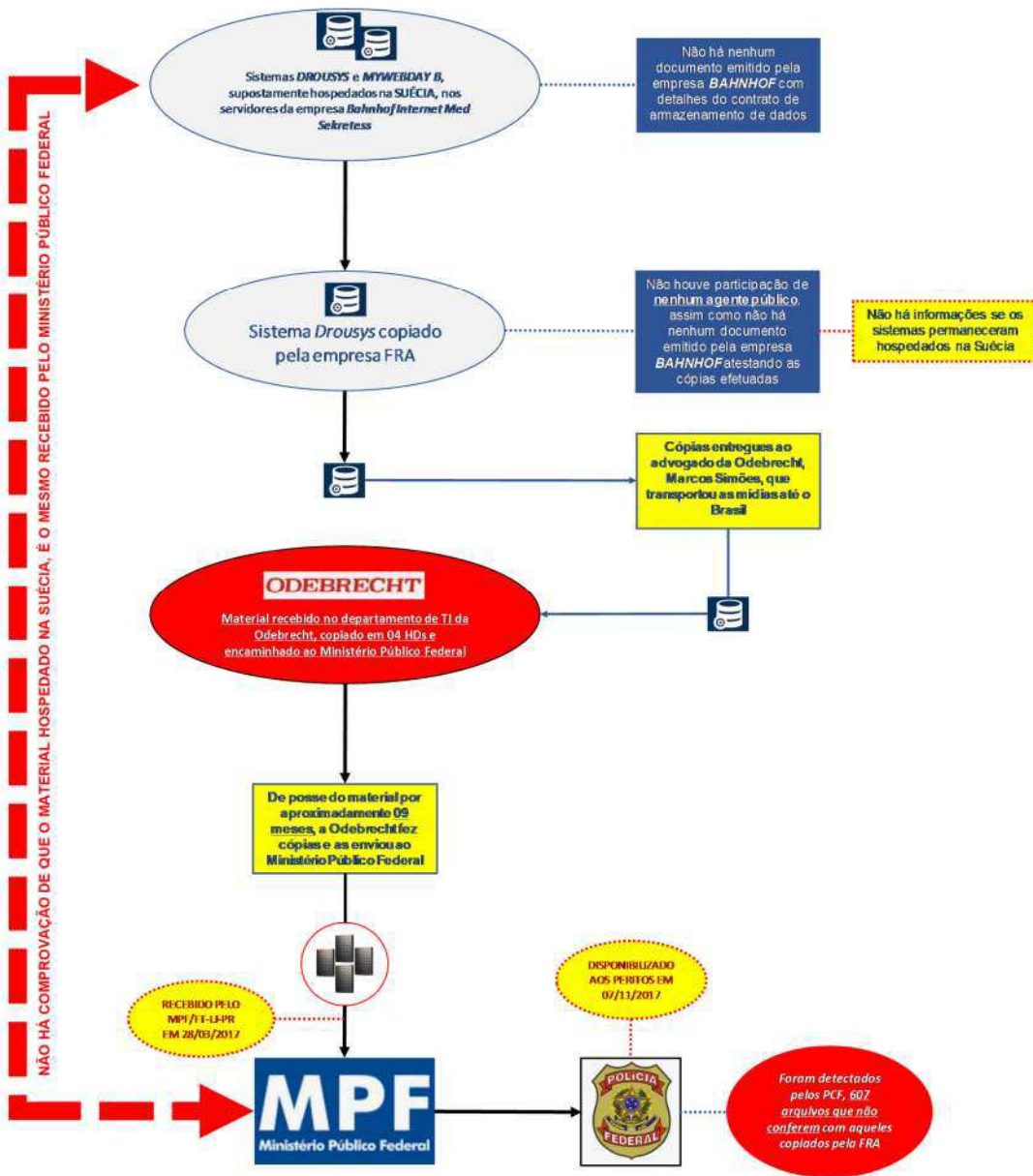
- f) Conselho da própria **Odebrecht**, segundo informações que constam no Laudo;
- g) O advogado Marcos Simões, representante da **Odebrecht** no Brasil, segundo consta no Laudo; e
- h) O time de TI da **Odebrecht** no Brasil.

*Está evidente a quebra da cadeia de custódia da pretensa prova coletada nos servidores existentes na Suécia, pois dentre outros aspectos, não há nenhum elemento que propicie a garantia de que os dados digitais que se encontravam armazenados naquele País não tenham sido alterados posteriormente a extração das cópias, pela Odebrecht ou até mesmo pelas autoridades encarregadas da persecução penal.*

*Para facilitar a visualização, resumimos a movimentação ocorrida no gráfico a seguir:*

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**Da "SEGUNDA ENTREGA":**

Segundo consta no Laudo, **a Odebrecht** recebeu registros eletrônicos supostamente oriundos dos sistemas "**DROUSYS**" e "**MYWEBDAY B**", que estavam hospedados na Suíça, efetuou cópias dos mesmos e os repassou ao Ministério Público Federal no Paraná em 08 de Dezembro de 2017.

Em relação a essa "**Segunda Entrega**", é importante efetuar as seguintes observações de inconsistências em relação a cadeia de custódia:

1. Supostamente o material é fruto de apreensão efetuada pelas Autoridades Suíças. No entanto, **a entrega ao Ministério Público Federal no Paraná, novamente veio "das mãos" da Odebrecht.**
2. Não há nenhuma evidência referente ao código hash **gerado pelas Autoridades Suíças** quando da busca e apreensão do material, o que elimina toda a credibilidade da mídia recebida e invalida qualquer exame alternativo realizado no material recebido.

Para ilustrar a importância na obtenção dos hashes em qualquer arquivo eletrônico sob exame, resalto que até mesmo para aqueles por nós produzidos durante os trabalhos periciais na "sala cofre", foram gerados pelos Peritos Criminais Federais os códigos hash. Portanto, surpreende o exame pericial em material com conteúdo extremamente delicado, que é o caso das mídias dos sistemas da **Odebrecht**, sem a preocupação e os cuidados em confirmar a verdadeira origem do material, através da simples solicitação e conferência dos hashes **gerados pelas Autoridades Suíças.**

3. Segundo informações da própria **Odebrecht**, o material foi enviado pelas Autoridades Suíças ao escritório de advocacia **CROCHET & CRISTIANO AVOCATS**, que os encaminhou posteriormente aos advogados da **ODEBRECHT** na Suíça, **SHELLENBERG WITTMER LTD.** Não há documentação que comprove as condições de segurança na movimentação do material e, também, a definição detalhada das características do material onde estavam armazenadas tais informações.

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



4. Os advogados que inicialmente receberam o material, **CROCHET & CRISTIANO AVOCATS**, são contratados pela empresa **DRAFTSYSTEM**, aquela que desenvolveu e administrou o sistema. Ou seja, o material primeiro passou "pelas mãos" de pessoas com a maior habilitação para manusear o sistema e, eventualmente, manipulá-lo, que é o caso de Paulo Sergio da Rocha Soares, sócio da empresa **Draftsystem**.

5. A **Odebrecht** entregou referidos registros ao Ministério Público Federal no Paraná, armazenados em 05 (cinco) HD's. No entanto, documentos comprovam que a **ODEBRECHT** recebeu o referido material dos advogados antes referenciados, armazenados em 03 (três) HD's e uma mídia USB.

Seria aceitável a variação nas mídias de armazenamento apenas se fossem descritas as características de cada uma, indicando a capacidade de armazenamento individual e, principalmente, o total armazenado e os códigos hash gerados na origem, na fonte de coleta, pelas Autoridades Suíças, o que não existe nos autos.

6. Foi constatada a existência de imagem forense corrompida, existente na mídia recebida, assim como 230 arquivos que não correspondiam exatamente a relação de hashes fornecida pela empresa **FRA**.

7. Foram encontrados arquivos/pastas fora dos arquivos de imagem forense com datas de modificação/criação posteriores ao recebimento do material pelo Ministério Público Federal (SPPEA/PGR), o que indica que houve a conexão dos discos contendo as evidências encaminhadas pela Odebrecht ao MPF em uma porta USB, sem que houvesse o bloqueio de escrita sobre referidas mídias.

No caso do material dessa "**Segunda Entrega**", é inadmissível que o Ministério Público Federal não tenha exigido, recebido e repassado aos Peritos Criminais Federais, os hashes gerados pelas Autoridades Suíças quando da apreensão das mídias em questão.

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905





E, ainda, é incompreensível que os Peritos Criminais Federais aceitaram fazer os trabalhos sem as necessárias condições para conferência dos **hashes** dos arquivos de imagens forenses gerados pelas Autoridades Suíças, **limitando a conferência ao que foi produzido pela própria Odebrecht**.

Nesse sentido, assim destacaram os Peritos à 68 do Laudo:

*"Em relação aos Discos 05 a 08, inicialmente os hashes embutidos nos próprios arquivos de imagem forense e aqueles localizados nos respectivos arquivos de log foram conferidos com o conteúdo dos arquivos de imagem forenses descritas na Tabela 15. **Após o procedimento de verificação, foi constatado que o conteúdo dos arquivos recebidos para exame corresponde àqueles que foram criados pela equipe de TI da Odebrecht**". (destacou-se).*

Os Peritos Criminais Federais, com o objetivo de analisar a integridade dos dados recebidos, **solicitaram à Odebrecht**, que fornecesse uma listagem de arquivos com os respectivos hashes, procedimento absolutamente inócuo para atestar a autenticidade do material em relação a origem da prova.

Analogicamente, é como se em um crime de estupro o próprio criminoso estuprador efetuasse a coleta - em sua residência e sem a vigilância das Autoridades - do material necessário ao exame pericial de DNA e, posteriormente, entregasse esse material às Autoridades Policiais. De posse desse material, as Autoridades Policiais encaminhariam o mesmo para análise dos Peritos Criminais Federais, como se material autêntico e íntegro do criminoso fosse!

Não encontra lastro técnico a conclusão efetuada pelos Peritos Criminais Federais à fls. 79/80 do Laudo, a seguir transcrita:

*"Segundo documentação referente ao evento citado na Subseção V.2.1, a **lista de hashes encaminhada foi gerada a partir dos arquivos de posse da empresa Odebrecht** e que segundo os documentos referenciados na Subseção III.2, foram recebidos da polícia suíça, que por sua vez, teriam sido apreendidos em datacenters, na Suíça. Portanto, **pode-se concluir que o conteúdo dos arquivos contidos nas imagens forenses armazenadas nos Discos 05 a 08, bem como os arquivos contidos na pasta "Master"**"*

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**do Disco 09 tem como origem a aquisição realizada pela polícia suíça.** (Grifamos).

**Não há nenhum documento oficial emitido pelas Autoridades Suíças informando os arquivos que foram apreendidos, ou seja, relacionando os hashes do material eletrônico por eles apreendido, único meio confiável para afirmar que O CONTEÚDO DOS AROQUIVOS entregues pela Odebrecht "TEM COMO ORIGEM A AOUISICÃO REALIZADA PELA POLÍCIA SUÍÇA" !**

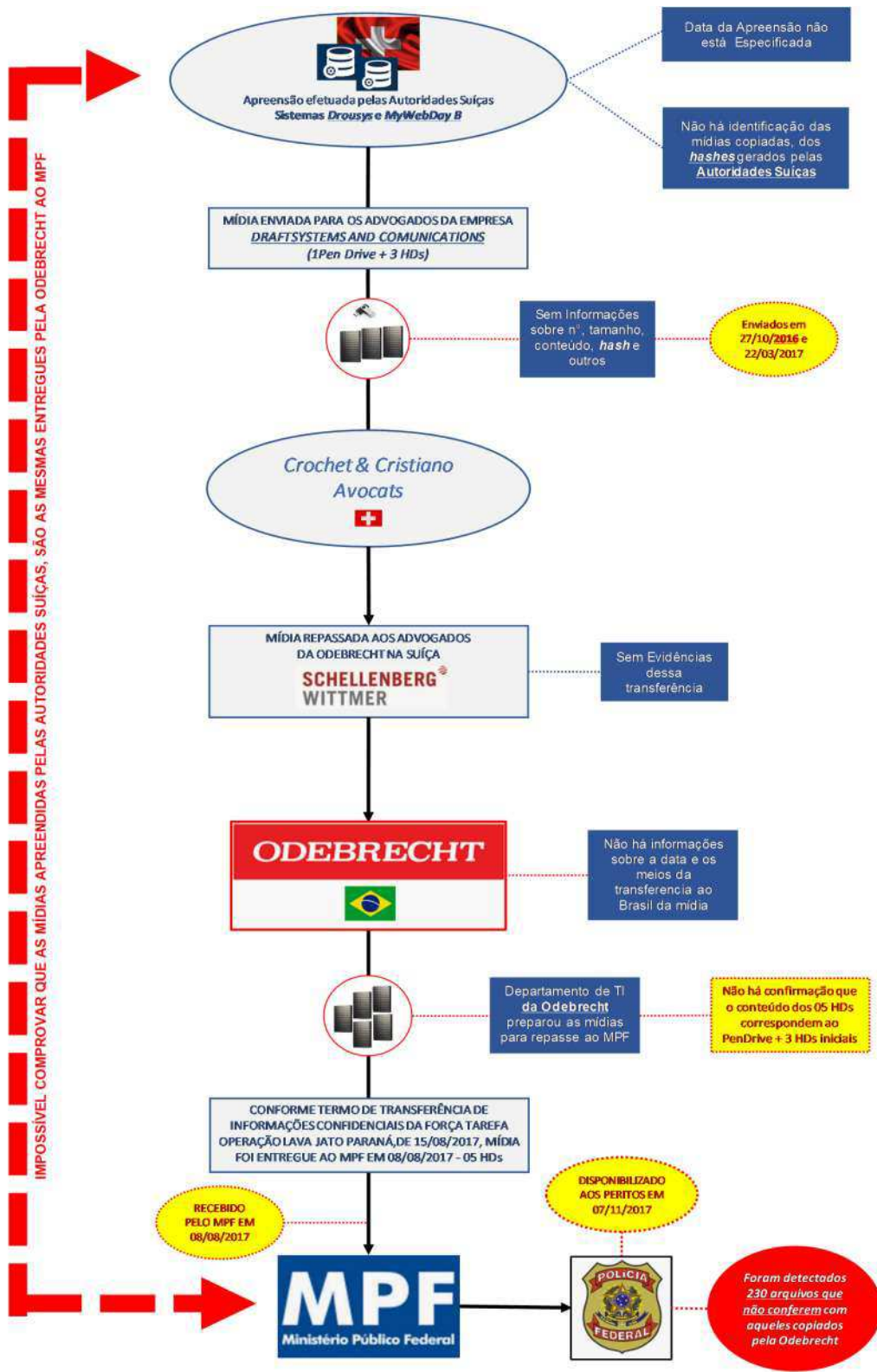
Os Peritos Criminais Federais, ao contrário do que fizeram com a empresa FRA, contatando-a até os últimos dias antes da apresentação do Laudo e insistindo com a apresentação das listas de hashes dos arquivos por ela gerados, **não demonstraram nenhum interesse em obter informação oficial, diretamente das Autoridades Suíças, em relação aos hashes dos arquivos por aquelas Autoridades apreendidos.**

Ainda, visando evitar eventuais contestações descabidas em relação ao assunto, cumpre ressaltar que o conteúdo do material supostamente recebido das Autoridades Suíças pelo Ministério Público Federal, relacionado como "**Terceira Entrega**" – discos 10 e 11 que, segundo os Peritos Criminais Federais está integralmente armazenado nos discos 05, 06 e 07 – "**Segunda Entrega**" e com hashes idênticos, não serve como atestado de autenticidade para os discos 05, 06 e 07, pois os volumes de referidos discos são infinitamente superiores àqueles contidos nos discos 10 e 11. Com esforço, poderá servir para atribuir um pouco de credibilidade aos discos 10 e 11, **os quais sequer foram indexados para análise.**

Para facilitar a visualização, resumimos a movimentação ocorrida no gráfico a seguir:

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**Da "TERCEIRA ENTREGA":**

O Ministério Público Federal informou após a duplicação efetuada em 07 e 08 de Novembro de 2017 pelos Peritos Criminais Federais dos discos da "**Primeira**" e "**Segunda Entrega**", que havia recebido diretamente das Autoridades Suíças, dois HDs e um pendrive contendo material extraído do sistema "**DROUSYS**".

Em relação a essa "**Terceira Entrega**", é importante efetuar as seguintes observações de inconsistências em relação a cadeia de custódia:

1. Muito embora a documentação apresentada pelo Ministério Público Federal faça referência que a "**Terceira Entrega**" apresenta conteúdo relacionado ao sistema "**DROUSYS**", na correspondência do Ministério Público Suíço que acompanhou o material enviado ao Brasil, datada de 19/Set./2017 e supostamente recebida somente em 07/Dez./2017, não há nenhuma referência ao conteúdo do material enviado, se foram extraídos do sistema "**Drousys**" , "**MyWebDay B**" ou outro referente a **Odebrecht**.
2. O material contido em referidos discos da "**Terceira Entrega**" que segundo os Peritos Criminais Federais estão repetidos nos discos da "**Segunda Entrega**", aparentam ser provenientes dos hardwares apreendidos com Fernando Migliaccio (como notebook e pendrives).
3. Todo esse material supostamente recebido das Autoridades Suíças, também não foi acompanhado de nenhum mecanismo de controle que garanta a autenticidade e integridade do material.

Aparentemente, as Autoridades Suíças não enviaram o código hash gerado quando da apreensão das mídias e, também, o Ministério Público Federal e Peritos Criminais Federais não demonstraram interesse em solicitar referida informação para atestar a autenticidade do material.

Ainda, por ser considerado duplicidade o referido material, o mesmo não foi indexado e não integrou a base de dados das análises periciais. Foram considerados suficientes pelos Peritos aqueles arquivos recebidos diretamente da Odebrecht, supostamente idênticos aos da "**Terceira Entrega**".

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



**Da "QUARTA ENTREGA":**

A **Quarta** e última entrega ocorreu em virtude de solicitação efetuada pelos Peritos Criminais Federais, por terem constatado a existência de hash na lista fornecida pela **FRA**, cuja mídia respectiva não estava no material examinado.

Considerando toda a narrativa até aqui exposta referente ao material recebido pelo Ministério Público Federal, supostamente proveniente dos sistemas "**Drousys**" e "**MyWebDay B**" utilizados pelo departamento de operações estruturadas da **Odebrecht**, fica transparente a incerteza em relação a originalidade da prova colhida e recebida pelo Ministério Público Federal diretamente "**das mãos**" da **Odebrecht**, sem atentar para princípios básicos que devem garantir a cadeia de custódia.

Pode-se observar que **todo** o material utilizado pelo Ministério Público Federal no processo foi recebido diretamente da **Odebrecht**, nada foi recebido diretamente das Autoridades Suíças e, também, conferido junto as Autoridades Suíças, uma vez que o único material proveniente daquelas Autoridades, que supostamente chegou no Brasil, foi em 07/Dez./2017 ("**Terceira Entrega**").

**Portanto, foi quebrada a cadeia de custódia!**

**Há elementos suficientes para não deixar dúvidas que a quebra da cadeia de custódia efetivamente ocorreu.**

É manifesto o dever do Estado de bem custodiar as provas obtidas que guardam relação com algum delito cometido, a fim de preservar um processo guiado pela legalidade e encenado pelo contraditório e pela ampla defesa. Quando a isolamento e preservação do local de delito são feitos de forma inapropriada e inadequada; a busca pela certificação da origem e autenticidade da prova é falha ou ignorada, a produção de elementos de prova gera dificuldades nos exames e ensaios periciais nos laboratórios, e assim inviabiliza ou interfere nos resultados periciais que, por conseguinte, dificulta e/ou distorce as conclusões levadas ao Juízo, que poderá incorrer em uma decisão judicial lastreada em elementos duvidosos que não guardam sua integralidade inicial.

Ressalta-se ainda que, uma das manifestações mais importantes da cadeia de custódia no ordenamento jurídico brasileiro deu-se por meio de edição da Portaria nº 82, de 16 de julho de 2014, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



Justiça, sobretudo porque balizou com precisão os mecanismos de segurança para resguardar a cadeia de custódia da prova, iniciando-se na sua coleta na cena do crime até a entrega do laudo pericial e eventual descarte.

Visando proporcionar crédito à prova, referida portaria prevê expressamente **a etapa externa e interna** da cadeia de custódia, as quais não foram observadas pelo Ministério Público Federal e, também, em grande parte, pelos Peritos Criminais Federais no presente caso. Vejamos:

(...)

"2. Das etapas da cadeia de custódia

2.1. As etapas da cadeia de custódia se distribuem nas fases externa e interna.

2.2. A fase externa compreende todos os passos entre a preservação do local de crime ou apreensões dos elementos de prova e a chegada do vestígio ao órgão pericial encarregado de processá-lo, compreendendo, portanto:

- a) preservação do local de crime;
- b) busca do vestígio;**
- c) reconhecimento do vestígio;**
- d) fixação do vestígio;**
- e) coleta do vestígio;**
- f) acondicionamento do vestígio;**
- g) transporte do vestígio;**
- h) recebimento do vestígio.

2.3. A fase interna compreende todas as etapas entre a entrada do vestígio no órgão pericial até sua devolução juntamente com o laudo pericial, ao órgão requisitante da perícia, compreendendo, portanto:

- a) recepção e conferência do vestígio;
- b) classificação, guarda e/ou distribuição do vestígio;
- c) análise pericial propriamente dita;
- d) guarda e devolução do vestígio de prova;
- e) guarda de vestígios para contra perícia;
- f) registro da cadeia de custódia.

3. Do manuseio do vestígio

3.1. Na coleta de vestígio deverão ser observados os seguintes **requisitos mínimos**:

- a) realização por profissionais de perícia criminal **ou, excepcionalmente**, na falta destes, **por pessoa investida de função pública**, nos termos da legislação vigente;
- b) realização com a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) e materiais específicos para tal fim;
- c) numeração inequívoca do vestígio **de maneira a individualizá-lo."**



Por fim, e para que não restem dúvidas acerca da efetiva quebra da cadeia de custódia na coleta/recebimento do material pretendido como prova, enfatizamos que os próprios Peritos Criminais Federais reconhecem a **necessidade e possibilidade de contatar as Autoridades Suíças para a confirmação de elementos indispensáveis à perícia**, sugerindo inclusive, exames complementares (Ex. página 84 do Laudo: "Considerando a possibilidade de que o disco, a partir do qual, foi gerada tal imagem forense, **esteja em posse das autoridades suíças**, sugere-se que seja solicitada a geração de nova imagem forense a ser submetida a exame pericial complementar".

**Este deveria ter sido o procedimento adotado para toda a mídia proveniente daquele País.**

Em suma, por todo o exposto aqui e no Parecer Técnico Pericial Complementar e Divergente, restou comprovado que o Laudo de Perícia Criminal elaborado pelos ilustres Peritos Criminais Federais carece de procedimentos indispensáveis para o tipo de perícia realizada.

**A complementação do trabalho é necessária e reconhecida pelos próprios Peritos Criminais Federais em várias passagens do Laudo**, onde sugerem com propriedade a necessidade de confirmar e obter cópias das mídias examinadas **diretamente na origem**, mais precisamente com as Autoridades Suíças.

É inegável que efetuar trabalhos periciais em vestígios cibernéticos – mídias digitais – exige prioritariamente a comprovação da autenticidade do material a ser examinado, **diretamente na origem onde o material foi coletado**, procedimento este que deve ser realizado preferencialmente com a presença de autoridades públicas.

No caso em questão, **não há evidências suficientes comprovando que o material periciado é o mesmo coletado na origem, o que evidencia a flagrante quebra da cadeia de custódia.**

Foi a própria Odebrecht, com auxílio de seus advogados do Brasil e Exterior, de empresas especializadas contratadas e remuneradas, assim como dos próprios desenvolvedores e administradores do sistema **Drousys** que, tendo a posse por longo período do material, manejou-o como pretendia, fez cópias em HD's e as encaminhou ao Ministério Público Federal.

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



*Atestar a autenticidade dos arquivos através da **conferência dos hashes gerados pela própria Odebrecht – e não daqueles existentes na origem** (Suécia e Suíça), conforme já exemplificamos, é aceitar material para exame de DNA, em um crime de estupro, "das mãos" do próprio estuprador, que fez a coleta longe dos olhos das autoridades policiais.*

Como pode o Estado-Juiz, diante tantos elementos a evidenciar a ilicitude da prova, simplesmente desprezá-los?

A Defesa do **Paciente**, lamentavelmente, **já viu esse filme**.

De fato, nos autos da Ação Penal nº 5021365-32.2017.4.04.7000/PR, por meio de outra perícia, comprovou-se pela técnica do “*follow the money*” que os R\$ 700 mil que estavam sendo atribuídos pela Odebrecht ao Paciente na verdade foram sacados em benefício de um alto executivo daquele grupo empresarial. No entanto, a MMª Juíza Federal Substituta GABRIELA HARDT, que proferiu a sentença, simplesmente ignorou o trabalho técnico sob a singela afirmação de que seria “*uma análise contratada por parte da ação penal, buscando corroborar a tese defensiva*”.

Então qualquer perícia contratada pela Defesa não tem valor probatório? É isso mesmo?

Está-se diante da **ditadura dos técnicos oficiais**? Da prevalência da hipótese acusatória a qualquer custo?

**Enfim, dizer-se no caso em tela que houve “preclusão” da matéria, significa, ao mesmo tempo, tentar retirar por vias oblíquas a eficácia da decisão proferida por essa Suprema Corte — que determinou o refazimento da**

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905





**perícia nos sistemas da Odebrecht — e, ainda, fechar os olhos para o uso de provas ilícitas, afrontando a Constituição e da legislação de referência.**

Assim, sob qualquer ótica, **não se pode cogitar de preclusão no vertente caso.**

Ao contrário, a Defesa do Paciente logrou reunir substanciais elementos que evidenciam a ilicitude da prova no caso em tela a partir de uma perícia determinada pelo Supremo Tribunal Federal justamente porque na perícia anterior houve indevidas limitações à atuação do Assistente Técnico.

## **V.II – Do manifesto interesse jurídico no incidente**

*Concessa venia*, também **não há de se falar** em falta de interesse do **Paciente** ao suscitar o Incidente de Ilicitude de Prova, sob o fundamento de que a questão será analisada no momento da prolação da sentença relativa à Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR.

De fato, o art. 157, do Código de Processo Penal, já transcrito acima, determina que as provas ilícitas devam ser “*desentranhadas do processo*” (*caput*), assim como as provas “*derivadas das ilícitas*” (§1º), “*facultado às partes acompanhar o incidente*”.

Como se vê, **não há previsão** para que as provas ilícitas sejam analisadas apenas por ocasião da sentença.

A lei prevê **desentranhamento** da prova ilícita e suas derivações ao final de um **incidente**.

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



Portanto, é inequívoco o interesse do **Paciente** no processamento do Incidente de Ilicitude de Prova.

Aliás, é o caminho que a lei prevê para tal finalidade.

O entendimento mantido pela Autoridade Coatora, por outro lado, **carece de embasamento legal**, uma vez que o Estado-Juiz está pretendendo superar o direito posto, o que não é compatível com a judicatura.

Nem se objete que se trata de interpretação, pois no caso em tela não há espaço para qualquer exegese diversa, já que no texto expresso da lei (art. 157) consta a expressa referência ao “**incidente**” que irá analisar a ilicitude da prova e, se confirmada, determinará o seu desentranhamento dos autos.

### **V.III – Da negativa de prestação jurisdicional do Tribunal Regional da 4ª Região.**

Com a máxima vênia, na medida em que nega ao **Paciente** a devida prestação jurisdicional, na contramão do dispositivo constitucional contido no art. 93, IX da Constituição Federal:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(..)

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Liberdade Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



Também, passa ao largo do que é previsto no artigo 489 do código de Processo Civil. Veja-se:

Art. 489. São elementos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.

§ 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

Isso porque, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região não só deixou de fundamentar a sua decisão idoneamente, copiando a decisão anterior que havia indeferido liminarmente o *writ*, como, ainda, trouxe fundamentação estranha ao *mandamus*, que jamais foi aventada pelos impetrantes, claramente copiada de outra

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



decisão da mesma Turma, visto que é a Turma preventa para julgar os casos advindos da Operação Lava Jato. Sobre esse ponto o Desembargador Relator Convocado à Corte Superior, não se manifestou.

Pede-se vênia para colacionar o trecho da decisão do tribunal Regional:

*“No tocante ao pedido de compartilhamento das mensagens divulgadas no Portal The Intercept e apreendidas no curso da Operação Spoofing, a decisão do juízo de primeiro grau segue na linha do quanto já decidido pela 8ª Turma na Apelação Criminal nº 5021365- 32.2017.4.04.7000”.*

Decerto, há manifesto defeito de fundamentação que deve ser sanado por via deste *habeas corpus*, determinando-se a anulação do julgamento do Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 5046085-43.2019.4.04.0000, em sessão ocorrida no dia 11/12/2019.

**Importante repisar que houve violação, sem qualquer modéstia, à garantia da fundamentação das decisões judiciais (CF, art. 93; CPC, art. 371, art. 479 e art. 489, § 1º, II, III e IV).**

Portanto, sob essa ótica, o indeferimento do pedido liminar no *Habeas Corpus* nº 552.733/RS, com fundamento de não haver qualquer ilegalidade no *decisium* proferido pela 8ª Turma da 4ª Região, evidencia **constrangimento ilegal**.

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



– VI –

## DA NECESSÁRIA CONCESSÃO DE MEDIDA LIMINAR

O *decisium* (ato coator) que indeferiu a liminar consignou, sob a ótica do e. Min. do STJ: “*Nesse compasso, nos limites da cognição in limine, ausentes os indícios para a configuração do **fumus boni iuris***”.

O *fumus boni iuris* se evidencia pela expressa previsão legal (CPP, art. 157) sobre a necessidade de instauração de **incidente** quando o magistrado se deparar com o tema da ilicitude da prova. Neste caso a Defesa do **Paciente** apresentou robustos elementos sobre tal ilicitude, seja pela quebra da cadeia de custódia da prova, seja pela inobservância das regras de cooperação internacional entre o Brasil e a Suíça — amplamente descritas no Parecer do Assistente Técnico da Defesa.

O fundamento relevante, que GUSTAVO BADARÓ classifica como “*a plausibilidade do direito invocado, ou seja, o fumus boni iuris*”, no qual se evidencia a probabilidade do que se alega ser acolhido enquanto tese jurídica. No caso em comento, é manifesta a ilegalidade do ato jurisdicional.

**Assim, presente a fumaça do bom direito, necessário é o deferimento em sede liminar deste Mandamus.**

O *periculum in mora* emerge a partir do fato de que a Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR, em que se encontra depositada a prova ilícita, está em sua fase derradeira, estando em fase de apresentação de alegações finais, sendo que restam apenas a apresentação de alegações finais pelos acusados delatores e pelos acusados não delatores – caso do paciente. Logo, permitir-se a continuidade da marcha processual mesmo diante de tal quadro de nulidade evidente dará ensejo à prática de

São Paulo  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

Brasília  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



atos inúteis pelo Estado, além de reforçar o constrangimento ilegal relativamente ao aqui Paciente.

Em outras palavras, o perigo na demora reside no fato de que haja não só constrangimento ilegal ao paciente, mas desperdício de recursos jurisdicionais caso haja, ao final, uma resposta positiva no mérito do *mandamus*, razão pela qual não há tempo de se esperar que haja o julgamento do mérito na corte *a quo*.

A concessão de liminar se mostra indispensável à proteção do direito tutelado pelo *writ*, uma vez que a finalidade precípua da impetração é obstar, por meio da tutela judicial de urgência, a perseverança de um estado de constrangimento ilegal e, ainda, conservar, em caráter de premência, os direitos, liberdades e garantias individuais cuja proteção se persegue.

Ademais, acerca da concessão das tutelas de urgência, são válidos também os ensinamentos de **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS BEDAQUE**<sup>22</sup>:

“não se trata de poder discricionário, visto que o juiz, ao conceder ou negar a antecipação da tutela, não o faz por conveniência e oportunidade, juízos de valor próprios da discricionariedade. Se a situação descrita pelo requerente se subsumir em qualquer das hipóteses legais não restará outra alternativa ao julgador senão deferir a pretensão”. (destacou-se)

**Desse modo, restam configurados, os requisitos para a concessão do pedido liminar, necessário e esperado, determinando-se a suspensão do curso da Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR** ao menos até o julgamento do mérito presente *writ*, o que em nada prejudicará o andamento daquele feito.

---

<sup>22</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência. São Paulo: Malheiros, 1998.



– VII –  
**PEDIDOS**

*Ex positis*, requer-se seja superada a Súmula 691/STF diante dos relevantes fundamentos expostos para que seja conhecido o presente *writ*. Outrossim, requer:

- (i) A concessão de medida liminar pelo e. Ministro para determinar a suspensão do curso da Ação Penal nº 5063130-17.2016.4.04.7000/PR;
- (ii) Sejam colhidas as informações de estilo da **Autoridade Coatora** e ouvido o Ministério Público Federal;
- (iii) No mérito, confirmada a liminar, seja concedida a ordem de *Habeas Corpus* para o fim de declarar a nulidade da decisão que indeferiu o do Incidente de Ilicitude de Prova nº 5057394-13.2019.4.04.7000/PR, determinando-se o regular processamento do incidente e a apreciação do pedido ali formulado antes do encerramento da fase de instrução; ou, ainda, a declaração da nulidade de todos os atos processuais ocorridos após a apresentação do incidente de ilicitude da prova antes referido;
- (iv) Subsidiariamente, requer a anulação do julgamento do Agravo Regimental no *Habeas Corpus* nº 5046085-43.2019.4.04.0000, em sessão ocorrida no dia 11/12/2019, visto a violação aos preceitos da fundamentação das decisões judiciais;

**São Paulo**  
R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**  
SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905



(v) Por fim, requer-se seja realizada intimação prévia – exclusivamente em nome do impetrante CRISTIANO ZANIN MARTINS, OAB/SP nº 172.730 – em, no mínimo, 48 horas da data do julgamento desse *writ*, para que tenha a possibilidade de se deslocar até esta Corte a fim de realizar sustentação oral no feito.

Termos em que,

Pedem deferimento.

De São Paulo (SP) para Brasília (DF), 03 de fevereiro de 2020.

**CRISTIANO ZANIN MARTINS**

**OAB/SP 172.730**

*(Assinado digitalmente)*

**VALESKA TEIXEIRA Z. MARTINS**

**OAB/SP 153.720**

**MARIA DE LOURDES LOPES**

**OAB/SP 77.513**

**LYZIE DE SOUSA ANDRADE PERFI**

**OAB/SP 368.980**

**ELIAKIN TATSUO DOS SANTOS**

**OAB/SP 386.266**

**GUILHERME GONÇALVES**

**OAB/DF 37.961**

**LÍGIA GRÁCIO VELOSO**

**OAB/DF 52.381**

**São Paulo**

R. Pe. João Manuel 755 19º andar  
Jd. Paulista | 01411-001  
Tel.: 55 11 3060-3310  
Fax: 55 11 3061-2323

**Brasília**

SAS Quadra 1 Bloco M Lote 1  
Ed. Libertas Conj. 1009  
Asa Sul | 70070-935  
Tel/Fax: 55 61 3326-9905